



14 DE AGOSTO DE 2015

Sexta-feira

- FUNCIONÁRIOS DA MICROINOX, EM CAXIAS, PARALISAM POR FALTA DE PAGAMENTO
- FIEP LANÇA EDITAL PARA AUMENTAR COMPETITIVIDADE DAS INDÚSTRIAS
- VW E FORD VÃO PARAR PRODUÇÃO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO
- MULTINACIONAL HTC DEMITIRÁ 15% DE SUA FORÇA DE TRABALHO POR QUEDA DE VENDAS
- FUTURO DAS FERROVIAS NO BRASIL: AS ESTRADAS DE FERRO SERÃO MAIS VERDES
- INDÚSTRIA PAULISTA DEMITIU 30,5 MIL TRABALHADORES EM JULHO, DIZ FIESP
- SITUAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA É A PIOR DESDE INÍCIO DE 1991, DIZ FGV
- BANCO VOTORANTIM LUCRA R\$ 146 MILHÕES NO 2º TRIMESTRE
- GOVERNO PROPÕE DIVIDIR PARTE DO LUCRO DO FGTS COM TRABALHADORES
- PARA QUE O DIREITO NÃO FIQUE EM MÃOS ERRADAS
- EDITORIAL: REBAIXADOS
- NÚMERO DE DEMISSÕES NA GM JÁ PASSA DE 600, DIZ SINDICATO
- RUMO ALL TEM QUEDA DE 36% NO LUCRO DO SEGUNDO TRIMESTRE
- ALTA DE TARIFAS E RESULTADO FINANCEIRO ELEVAM LUCRO DA COPEL
- AMORTECEDORES REGENERATIVOS TRANSFORMAM BURACOS EM ENERGIA
- FORD SUSPENDE PRODUÇÃO EM CAMAÇARI
- TROLLER T4 GANHA PILOTO AUTOMÁTICO DALGAS
- REVALIDAÇÃO NO INOVAR-AUTO É DESAFIO DA LEGISLAÇÃO AUTOMOTIVA
- LIFAN SE ADAPTA AO MERCADO RETRAÍDO

- INDICADOR SERASA MOSTRA ECONOMIA EM RECESSÃO TÉCNICA
- EMPRESAS APERTAM CUSTOS E ELEVAM LUCRO EM ANO DE CRISE
- MAIORIDADE INDUSTRIAL
- RECEITA LÍQUIDA DA MINERAÇÃO RETRAI 39,1% NO PERÍODO
- CSN REGISTRA PREJUÍZO DE R\$ 615 MI NO 2º TRIMESTRE
- ABIMAQ E CENTRAIS SINDICAIS FAZEM ATO CONTRA CRISE ECONÔMICA EM SÃO PAULO
- AÇO CHINÊS CADA VEZ MAIS BARATO É PREOCUPAÇÃO PARA EUROPA, DIZ EUROFER
- MONTADORAS PROGRAMAM PARADA DE 13.800 FUNCIONÁRIOS EM AGOSTO
- GOVERNO ESTÁ NO CAMINHO ERRADO, MAS NÃO DEFENDO IMPEACHMENT, DIZ CNI
- INFLAÇÃO EM 12 MESES DEVE ATINGIR PICO NESTE TRIMESTRE, DIZ TOMBINI
- CSN VAI VENDER ATIVOS PARA ESTANCAR DÍVIDA
- CONFERÊNCIA DISCUTE PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TRABALHO E EMPREGO EM CURITIBA
- EMPRESÁRIOS MOSTRAM O CAMINHO PARA CONTORNAR A CRISE
- UE APOIA TARIFAS ANTIDUMPING SOBRE AÇO INOXIDÁVEL DA CHINA E TAIWAN
- CSN VENDEU 17% MENOS MINÉRIO DE FERRO NO 2º TRIMESTRE
- EXPLOSÃO EM PORTO NA CHINA AFETA OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO E PETRÓLEO
- "MINÉRIO VERDE" SERÁ PARTE DO FUTURO DA MINERAÇÃO NO BRASIL

CÂMBIO		
EM 14/08/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,463	3,464
Euro	3,847	3,848

Fonte: BACEN

Funcionários da Microinox, em Caxias, paralisam por falta de pagamento

14/08/2015 – Fonte: Pioneiro



Funcionários da Microinox, em Caxias do Sul, estão paralisados desde a manhã desta quinta-feira, devido à falta de pagamento da segunda parcela do salário. Desde o início do ano, a empresa — uma divisão da Hidro Jet Equipamentos Hidráulicos — vem realizando o pagamento mensal em duas vezes, sendo metade até o quinto dia útil e o restante na semana seguinte.

Neste mês, a segunda parcela deveria ter sido paga na quarta-feira. Entretanto, os empregados teriam sido comunicados de que a segunda parcela seria subdividida em dois pagamentos, um deles ocorrendo nesta sexta, com os 25% finais depositados somente no dia 21.

Na tarde desta quinta, o Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul compareceu na empresa, para acompanhar o movimento dos funcionários. O diretor do sindicato, Manoel Gomes, avalia que a empresa estaria priorizando o pagamento de fornecedores em detrimento dos salários.

Os trabalhadores afirmam que não retornarão as atividades até o pagamento integral do salário. O sindicato agendou uma assembleia com os funcionários para as 7h desta sexta-feira.

A empresa produz peças para diferentes aplicações, incluindo os setores automotivo, construção civil, máquinas, indústria alimentícia e segurança.

Procurada pela reportagem, a direção da Microinox não foi localizada.

Fiep lança edital para aumentar competitividade das indústrias

14/08/2015 – Fonte: Agência FIEP



A Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) lançou neste mês o edital do Programa de Apoio à Competitividade das Indústrias do Paraná, que irá destinar R\$ 800 mil reais a projetos nas áreas de gestão financeira, gestão da produção e eficiência energética.

O Programa estará disponível para empresas de todos os portes e segmentos industriais. Os projetos devem ser apresentados por sindicatos ligados à Fiep, representando grupos de 20 a 25 indústrias.

Dos projetos aprovados no edital, a Fiep vai fomentar 80% do investimento e o grupo de indústrias participantes será responsável pela contrapartida de 20%. Os projetos serão desenvolvidos com o apoio de consultores contratados, que atenderão individualmente as necessidades das empresas.

Os projetos deverão ser concluídos entre nove meses e um ano. "O edital é voltado para projetos que atendam a três áreas estratégicas – gestão financeira, lay out do processo produtivo e eficiência energética – com a opção de abranger outros temas, como segurança e saúde no trabalho ou gestão da inovação", explicou o gerente de Fomento e Desenvolvimento da Fiep, Marcelo Percicotti.

As indústrias que participarem do projeto terão alguns indicadores mapeados pelo departamento Econômico da Fiep, que pretende acompanhar o crescimento dos participantes.

Aqueles que tiverem interesse podem também participar de outro, o Programa Bolsista. O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) irá oferecer treinamento a estagiários que serão selecionados especialmente para acompanhar o desenvolvimento das etapas do projeto inscrito no edital. O IEL irá também definir o melhor perfil e área de atuação dos estagiários, de acordo com o projeto inscrito.

As inscrições no edital do Programa de Apoio à Competitividade das Indústrias do Paraná podem ser feitas até dia 26 de agosto. Mais informações pelo telefone (41) 3271-9844.

"O edital é uma das iniciativas da Federação pelo Programa de Melhoria da Competitividade Industrial. O programa é composto por 13 projetos e foi estruturado rapidamente pela federação para dar suporte às empresas industriais neste momento de instabilidade econômica", explicou a gerente da Central de Relações com Sindicatos e Coordenadorias Regionais da Fiep, Maria Aparecida Lopes.

O pacote inclui ações de curto, médio e longo prazos, nas áreas de fomento, internacionalização, business, além de capacitações voltadas à gestão financeira, gestão de processos, e eficiência energética.

VW e Ford vão parar produção em São Bernardo do Campo

14/08/2015 – Fonte: Época Negócios



As fábricas da Volkswagen e da Ford em São Bernardo do Campo (SP) vão paralisar a produção durante toda a próxima semana, em mais uma medida para se adequar à queda na demanda. Quase 8 mil funcionários da VW e 3 mil da Ford ficarão em casa. As empresas aproveitarão o feriado de aniversário da cidade, no dia 20, para dispensar os operários pelo sistema de banco de horas (para compensação futura).

No caso da VW, a produção dos modelos Gol e Saveiro será suspensa na semana inteira, enquanto a do Jetta ficará parada entre quarta-feira e sexta-feira. Na Ford, a linha do

Fiesta também ficará parada durante toda a próxima semana. A linha de caminhões estenderá a paralisação até terça-feira (25).

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, na fabricante de caminhões Scania a dispensa para 2 mil trabalhadores ocorrerá na quinta-feira e na sexta-feira. Já na Mercedes-Benz, os 7 mil funcionários do setor produtivo estão em licença remunerada desde o dia 7.

Protesto

Funcionários da General Motors de São José dos Campos (SP) marcaram para esta sexta-feira (14), manifestação contra as demissões na fábrica. As dispensas foram comunicadas por telegrama desde o sábado. 7.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José, 600 foram demitidos, mais de 10% do quadro de 5,2 mil funcionários. A GM não divulga números. A unidade produz S10 e Trailblazer.

A pedido da GM, na segunda-feira, 17, haverá audiência de dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), de Campinas, contra a greve iniciada na segunda-feira. Neste ano, até julho, a indústria automotiva demitiu 8,8 mil trabalhadores. A produção de veículos caiu 18,1% ante 2014. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Multinacional HTC demitirá 15% de sua força de trabalho por queda de vendas

14/08/2015 – Fonte: Época Negócios

A multinacional taiwanesa HTC reduzirá em 15% sua força de trabalho, o que se traduzirá nas demissões de 2.250 de seus 15 mil funcionários, em um plano de reorganização que pretende diminuir custos perante a queda de suas vendas.

Segundo informou nesta sexta-feira a imprensa taiwanesa, a fabricante de telefones celulares e computadores anunciou ontem uma nova estratégia para alcançar "um crescimento significativo e rentável com um modelo operacional mais ágil e ligeiro".

Com estas demissões, a multinacional, que foi muito prejudicada pela crescente concorrência no setor dos smartphones, que lhe arrebatou parte de sua fração de mercado e reduziu suas vendas, espera cortar suas despesas em cerca de 35%.

Dentro desta reestruturação, e apesar da redução da força de trabalho, a HTC quer criar novas unidades de negócios e orientar-se rumo aos dispositivos de realidade virtual e aos produtos cotidianos conectados à internet (a também chamada "internet das coisas"), mantendo seu enfoque nos telefones celulares.

A presidente e diretora-executiva da HTC, Cher Wang, disse que a companhia precisa de "uma organização dinâmica" para aproveitar as vantagens dos novos mercados aos quais se dirigirá após diversificar sua produção além dos smartphones.

"Este realinhamento estratégico de nosso negócio assegurará que cada grupo de produto tenha a concentração adequada, os recursos adequados e a experiência adequada para impor-se nos novos mercados", acrescentou Wang.

As ações de HTC caíram ontem 7,82% na bolsa taiwanesa até seu nível mais baixo desde que a empresa começou a cotar no mercado, mas voltaram a abrir em alta nesta sexta-feira.

Futuro das ferrovias no Brasil: as estradas de ferro serão mais verdes

14/08/2015 – Fonte: Época Negócios



Utilizar materiais que aliem a preservação dos recursos naturais e a diminuição da necessidade de manutenção é uma preocupação constante das empresas do setor de ferrovias. Além de ganhos operacionais, adotar medidas sustentáveis é uma maneira de diminuir os impactos no meio ambiente.

No ano passado, a VLI, empresa especializada em operações que integram ferrovias, portos e terminais, começou um projeto piloto para testar o uso de dormentes poliméricos, que são produzidos com plástico reciclável, na Ferrovia Centro Atlântica.

Os dormentes são peças colocadas nas vias férreas e sobre as quais os trilhos são fixos. Geralmente, eles são feitos de madeira proveniente de áreas de reflorestamento, como o eucalipto. Estudos mostram que o dormente de plástico pode chegar a ter uma vida útil de 30 anos, três vezes mais que de um dormente de madeira.

Ao todos, foram aplicados 270 dormentes de plástico em um trecho de 150 metros em Uberaba e 883 dormentes em dois trechos que somam 500 metros em Lavras. Hoje, a VLI realiza uma série de testes para avaliar a implantação em larga escala nas ferrovias que controla.

O metrô de Belo Horizonte, por exemplo, também no ano passado começou a troca gradativa dos mourões de madeira da estrutura para tonar a base da via férrea mais sustentável.

Vale ressaltar que o uso desse tipo de material depende das características de cada malha. Outras empresas, como a MRS Logística e Vale, utilizam o dormente em alguns trechos das ferrovias.

Indústria paulista demitiu 30,5 mil trabalhadores em julho, diz Fiesp

14/08/2015 – Fonte: Época Negócios



A indústria paulista demitiu 30,5 mil trabalhadores em julho (-1,07% ante junho, com ajuste sazonal) e acumula saldo negativo de 92,5 mil cortes em 2015, informou nesta quinta-feira (13/08) a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O resultado de julho é o pior para o mês na série histórica, iniciada em 2006. Na

comparação com julho de 2014, são 205,5 mil vagas a menos, também o pior desempenho da história.

O acumulado nos sete primeiros meses do ano também é o mais negativo desde o começo da pesquisa. Dos 22 setores avaliados pela pesquisa, 17 registraram baixa em seu quadro de funcionários, três registraram contratações e dois ficaram estáveis.

A indústria de açúcar e álcool foi responsável por 2.718 demissões em julho, enquanto o restante do setor de transformação fechou 27.782 postos de trabalho. A indústria de veículos automotores demitiu 6.661 funcionários, enquanto o setor de produtos de borracha e de material plástico fechou 3.970 vagas. E o segmento de produtos têxteis registrou 2.389 demissões.

O setor que mais contratou no mês passado foi o de produtos diversos, que criou 172 vagas no Estado. "É trágico. O final do ano talvez nos entregue 200 mil empregos a menos que no ano passado", estima Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Fiesp e do Ciesp, responsável pelo levantamento.

De acordo com o diretor, "se somarmos os empregos perdidos em 2014 e 2015, são 10 estádios da Copa lotados". Em 2014, a indústria paulista registrou o fechamento de 130 mil postos de trabalho.

O Depecon sonda o emprego em 36 regiões paulistas. Em julho, 31 anotaram demissões, três contrataram e duas se mantiveram estáveis. A região de São Bernardo foi destaque entre as perdas de emprego, com variação negativa de 3,48%, influenciada por baixas nas indústrias de veículos automotores e autopeças (6,85%) e de borracha e plástico (-3,18%).

São Caetano também amargou perdas em julho, de 3,02% em meio a demissões também nos setores de veículos automotores e autopeças (-5,82%) e de borracha e plástico (-1,74%).

E São João da Boa Vista registrou queda de 2,63%, pressionada pelos segmentos de produtos alimentícios (-3,50%) e máquinas e equipamentos (-4,83%).

Já entre os ganhos, destaque para a região de Osasco, com alta de 0,19%, influenciada por algumas contratações das indústrias de impressão e reprodução (6,37%) e produtos alimentícios (1,90%). Jacareí também registrou contratações.

A região anotou crescimento de 0,17% no mercado de trabalho, motivado pelos setores de produtos de metal (3,36%) e de papel e celulose (1,55%). Matão subiu 0,12% em julho, alta impulsionada pelo segmento de produtos alimentícios (0,99%).

Situação da economia brasileira é a pior desde início de 1991, diz FGV

14/08/2015 – Fonte: Época Negócios



A situação da economia brasileira é a pior desde o início de 1991, avaliam economistas ouvidos na Sondagem da América Latina, divulgada nesta quinta-feira (13/08), pela

Fundação Getulio Vargas (FGV). No trimestre até julho, o Índice da Situação Atual (ISA) caiu 9,1%, para os 20 pontos, o menor patamar possível na pesquisa e igual ao observado em janeiro e julho daquele ano.

"Foi uma piora muito abrupta, muito repentina. Num espaço de tempo curto, houve deterioração muito grande das condições econômicas. Naquela época (em 1991), o esgarçamento da economia já vinha de antes", explicou a economista Lia Valls, coordenadora da sondagem.

As expectativas, porém, ficaram estáveis no trimestre até julho em relação aos três meses até maio, segundo a FGV. "É um momento de incerteza tão grande que as pessoas estão esperando para ver o que vai acontecer. Isso significa mais perplexidade do que qualquer outra coisa", disse Lia.

Banco Votorantim lucra R\$ 146 milhões no 2º trimestre

14/08/2015 – Fonte: Época Negócios



O lucro líquido do banco Votorantim **no** segundo trimestre totalizou R\$ 146 milhões, aumento de 4,3% em um ano, de R\$ 140 milhões, conforme relatório que acompanha demonstrações financeiras do Banco do Brasil. No comparativo trimestral, quando estava em R\$ 122 milhões, a expansão foi de 19,8%. De janeiro a junho, o lucro líquido do Votorantim retraiu 8,4%, para R\$ 268 milhões contra R\$ 292 milhões registrados um ano antes.

A carteira de crédito classificada do Votorantim fechou junho em R\$ 51,761 bilhões, retração de 4,7% ante março. Em um ano, a queda foi menor, de 3,4%. No critério ampliada, que considera avais, fianças e outros, somou R\$ 66,663 bilhões, recuo de 3,0% nas duas bases de comparação.

O Votorantim registrou ativos totais de R\$ 103,335 bilhões no segundo trimestre, montante 2,1% em relação aos três meses anteriores. Em 12 meses, porém, foi vista elevação de 7,3%.

O patrimônio líquido do banco foi a R\$ 7,847 bilhões, alta de 2,2% e 3,4%, respectivamente. O retorno sobre o patrimônio líquido (RSPL) foi a 7,7% ao ano. A inadimplência gerenciada do Votorantim, considerando atrasos acima de 90 dias, foi de 5,2% ao final de junho contra 6,5% em março. No conceito "classificada", passou de 6,6% no primeiro trimestre para 5,2% no segundo.

O BB já havia sinalizado que os calotes tinham sido impactados por casos pontuais no atacado em meio ao aumento de pedidos de recuperação judicial e que esperava que o indicador retornasse aos patamares históricos.

As despesas consolidadas com provisões para devedores duvidosos (PCLD), líquidas de receitas de recuperação de crédito, cresceram 7,4% sobre o primeiro trimestre. No

semestre, porém reduziram 30,0% frente ao mesmo intervalo de 2014, reflexo da melhor qualidade da carteira.

O índice de Basileia do Votorantim, que mede o quanto o banco pode emprestar sem comprometer o seu capital, subiu de 13,8% em março para 14,9% em junho. Há um ano, estava em 15,1%.

O mínimo exigido pelo Banco Central é de 11%. O Votorantim completou seu processo de reestruturação em 2014. A parceria estratégica do BB com a instituição, através da Votorantim Finanças, foi iniciada em 2009.

Governo propõe dividir parte do lucro do FGTS com trabalhadores

14/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O governo vai apresentar ao Congresso uma proposta para mudar a forma de remuneração da conta dos trabalhadores no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Com a iniciativa, tenta evitar a aprovação de um projeto apadrinhado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que corrige o FGTS pelo índice da caderneta de poupança e, na prática, dobra a remuneração do Fundo para os depósitos feitos a partir de janeiro de 2016. Cunha afirmou que colocará esse projeto para votação na semana que vem.

A proposta do governo para barrar o avanço do projeto de Cunha é fazer com que parte do lucro obtido pelo Fundo de Garantia seja distribuído entre os trabalhadores, com cada um recebendo um valor proporcional ao seu saldo. Hoje, o lucro é reaplicado no próprio Fundo. Só no ano passado, o ganho chegou a R\$ 13 bilhões.

O receio do governo é de que a proposta do presidente da Câmara esvazie os cofres do FGTS, principal fonte de recursos para os financiamentos nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura. Hoje, o rendimento do FGTS é de 3% ao ano mais a Taxa Referencial (TR). O projeto apadrinhado por Cunha prevê remuneração de 6,17% ao ano mais TR para os depósitos feitos a partir do ano que vem.

Proposta

Pela proposta do governo, a remuneração da conta dos trabalhadores melhoraria, mas não tanto como prevê o projeto apadrinhado por Cunha, e haveria um limite para esse aumento de despesas do FGTS. Um exercício mostra que, se a proposta do governo já estivesse em vigor, a remuneração média das contas do Fundo de Garantia nos últimos três anos teria sido de 5,8%.

O projeto do governo prevê um escalonamento para a divisão dos lucros. No primeiro ano de vigência da lei, em 2016, 30% dos ganhos obtidos pelo FGTS em 2015 seriam divididos pelas contas dos trabalhadores. Em 2017, seriam 40% e, a partir daí, seriam rateados 50% do lucro do ano anterior.

A proposta para o FGTS, elaborada pelo Ministério do Planejamento, é semelhante ao anteprojeto apresentado pelo deputado Carlos Marun (PMDB-MS), que tem apoio do setor da construção, de movimentos sociais por moradia popular, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de prefeitos. Mas tem uma diferença fundamental.

O deputado propôs que o resultado do Fundo de Garantia a ser distribuído aos trabalhadores levaria em conta o lucro e também o que foi gasto em subsídios. No ano passado, o gasto com subsídios foi de R\$ 8 bilhões - ou seja, somado ao lucro de R\$ 13 bilhões, o resultado a ser considerado na distribuição aos trabalhadores seria de R\$ 21 bilhões.

Conselho

Outro ponto da proposta apresentada pelo deputado que o governo não deve referendar é a mudança na composição do conselho curador do FGTS, responsável por decidir os aportes do Fundo. Hoje, o governo é responsável por indicar 12 dos 24 integrantes do conselho. A outra metade é formada por representantes dos trabalhadores e de associações patronais.

Pela proposta do deputado Marun, o órgão seria formado por 18 integrantes, sendo 6 do governo, 6 dos trabalhadores e 6 dos patrões. A presidência, atualmente ocupada pelo ministro do Trabalho, seria rotativa entre os segmentos representados. Cabe ao presidente o voto de minerva quando há empate nas votações.

Para que o direito não fique em mãos erradas

14/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Passados pouco mais de dez anos da instalação dos Juizados Especiais Federais em todo Brasil, pode-se afirmar que foi realmente alargada a amplitude do acesso à Justiça, quer pela aproximação institucional em relação às parcelas mais vulneráveis de nossa sociedade, quer pela gratuidade de justiça que assegura, quer finalmente pelos impressionantes resultados em termos de recursos transferidos aos mais carentes.

É claro, porém, que a nova instituição judiciária ainda não logrou alcançar, em sua plenitude, os objetivos de efetividade e simplicidade processuais que se destina a realizar. Isso não apenas pela demora para uma estruturação compatível com a demanda que se lhe apresenta, mas pelo persistente déficit de compreensão de seus princípios, por parte dos atores processuais conectados à administração da justiça especial.

Falta o que se pode chamar de uma adesão de espírito à nova lei. Falta, com efeito, um aceitar fazer diferente porque os processos podem e devem ser simples, informais, com grande carga de oralidade, com importante espaço à consensualidade e poucos recursos.

Ainda que concebidos para propiciar efetivo acesso à Justiça, por meio de um sistema processual simples, informal e célere, os juizados especiais federais não poderiam deixar de oferecer espaço para a revisão das decisões judiciais.

De fato, por mais legítima e razoável que seja uma decisão, dificilmente a parte vencida reconhecerá a sua correção. Não se imaginava, porém, que o caminho recursal se transformaria em um verdadeiro ponto crítico desse novo modelo de jurisdição.

Não se trata apenas de não se conseguir fugir da necessidade humana de revisão das decisões, mas da forte propensão ao recurso no contexto da justiça gratuita. Para a esmagadora maioria dos sujeitos processuais dos juizados, não há custos para se recorrer. Tampouco existem mecanismos efetivos para desestimular o comportamento inclinado a litigar até quando recursos não mais houver.

De um lado, o cidadão muito provavelmente buscará a realização do direito que persegue em juízo contra o Estado, envidando os esforços necessários. E se, de acordo com pesquisa do IPEA, três quartos das causas dos juizados especiais federais no Brasil relacionam-se com o direito à previdência e à assistência social, a tendência de recursos aumenta, porque essa busca do direito, pelo cidadão, liga-se com a sua própria luta pela subsistência digna.

De outro lado, as entidades públicas federais guardam uma concepção de interesse público que parte da confusão entre o interesse comunitário e geral, que deveria ser digno da mais elevada consideração por parte do Estado, e o interesse meramente

econômico ou de intransigente defesa da postura da Administração. Nessa perspectiva, como regra, busca-se discutir o quanto possível, em várias instâncias recursais, as teses que aparecem em múltiplas demandas, e defender os interesses próprios da entidade pública antes do que os interesses genuinamente coletivos.

Com esse ânimo armadas as partes, a grande aposta dos juizados na solução amigável para os litígios ainda parece um objetivo tão fundamental quanto distante. E para o desassossego dos idealizadores de um modelo de justiça acessível, simples e ágil, a aposta das partes e de seus procuradores tem sido, como regra, a exploração do seu sistema recursal, mesmo porque a orientação das turmas de uniformização e dos tribunais superiores, não raro, alteram seu posicionamento e, do que dizem "ser", podem passar a dizer "não é".

O conhecimento do organograma do sistema recursal dos juizados especiais federais revela que um mesmo feito pode exigir até seis decisões judiciais entre sentenças e acórdãos, isso sem que se considerem as decisões provocadas por embargos declaratórios.

Por outro lado, o arranjo normativo do sistema recursal não segue apenas as disposições da Lei 10.259/01, mas os regimentos internos dos tribunais e resoluções do Conselho da Justiça Federal. Em junho passado, por exemplo, a Resolução 345/2015 aprovou o novo Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização (TNU).

Ali encontramos o detalhamento dos pressupostos dos incidentes de uniformização. Mas também guardam importâncias as dezenas de questões de ordem e súmulas destinadas a disciplinar a matéria recursal no sistema dos Juizados.

Nesse sofisticado sistema recursal, a simplicidade encontra espaço diminuto e a não há lugar para a informalidade. Os juizados especiais foram pensados para terem pouquíssimos recursos.

Que os acordos resolveriam boa parte das causas era o que se pensava quando de sua instalação. E que assim venha a ser. Enquanto isso não ocorre, é importante que o sistema se conduza de modo racional, com observação dos precedentes, com a censura de recursos temerários, e com o bom manejo recursal para que o direito não fique nas mãos erradas.

(José Antonio Savaris, juiz federal coordenador dos Juizados Especiais Federais no Paraná, coautor de "Manual dos Recursos nos Juizados Especiais Federais").

Editorial: Rebaixados

14/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Por incrível que pareça, governo federal e até setores do mercado respiraram aliviados com a decisão da agência de classificação de risco Moody's, que rebaixou a nota do Brasil na terça-feira. Isso porque, mesmo tendo descido um degrau – de Baa2 para Baa3 –, o país se manteve no grau de investimento. Até aí, não se esperava nada muito diferente.

Uma redução em dois níveis, que teria colocado o Brasil no grau especulativo, é extremamente incomum, a não ser em circunstâncias realmente extraordinárias de deterioração econômica.

A boa notícia, se é que se pode usar o termo, foi a mudança na perspectiva do rating brasileiro, que antes era negativa e agora passou para estável, afastando o temor de um novo rebaixamento nos próximos meses.

Isso não quer dizer que haja motivo para tranquilidade. Agora, são duas as agências de classificação de risco que colocam o Brasil no último degrau do clube dos bons pagadores.

Se a Moody's ou a Standard and Poor's rebaixarem o país mais uma vez, perderemos o grau de investimento, com graves consequências para a economia, já que vários fundos de investimento estrangeiros são obrigados a colocar seu dinheiro apenas nos países considerados mais confiáveis (uma terceira agência, a Fitch, ainda mantém o Brasil dois níveis acima do grau especulativo).

O simples fato de não termos rolado penhasco abaixo não é exatamente razão para comemorar quando ainda se corre perigo à beira dele; não se pode esquecer que a S&P mantém perspectiva negativa para a nota brasileira. Por isso, é interessante analisar os motivos da Moody's para a decisão que tomou.

O simples fato de não termos rolado penhasco abaixo não é exatamente razão para comemorar quando ainda se corre perigo à beira dele

O relatório da agência de classificação de risco aponta três grandes fatores que motivaram o rebaixamento: o desempenho da economia, mais fraco que o esperado; a tendência de aumento nos gastos do governo; e a falta de consenso político sobre as reformas fiscais. Como se pode ver, todos os itens se entrelaçam.

Com a atividade econômica em retração, o que afeta a arrecadação, o governo federal praticamente abriu mão de conseguir algum superávit primário. Um país que precisa levantar recursos e não consegue fazê-lo acumulando receitas poderia cortar gastos, mas o governo federal resiste o máximo possível em enxugar a máquina administrativa, aparelhada de alto a baixo.

Como se não bastasse, projetos aprovados ou em tramitação no Congresso Nacional impõem novos gastos, complicando ainda mais o ajuste fiscal proposto pelo ministro Joaquim Levy.

Por isso a Moody's estima que a relação dívida/PIB chegará a 70% em 2018, contra 53% em 2013. Para estabilizar a dívida, a agência afirma que o Brasil precisaria crescer 2% ao ano e entregar superávits primários de pelo menos 2% do PIB – mas nada disso deve ocorrer no futuro próximo.

"A declaração da Moody's já explica os pontos que achou relevante. A declaração é detalhada e transparente e explica os pontos que temos de ter em reação a manter a qualidade da dívida pública", afirmou Levy.

A incógnita é como atingir esse objetivo de "manter a qualidade da dívida pública". Parte da chamada Agenda Brasil contempla aumento da carga tributária, embora o país já pareça incapaz de suportar novos impostos ou elevação dos já existentes. Mas uma bem-vinda redução da estrutura do Estado não aparece no conjunto de medidas.

Não se pode deixar de mencionar que o rebaixamento do Brasil causa um efeito dominó: estados e municípios, empresas e bancos também acabam caindo degraus na escala das agências. Foi o que ocorreu com o Paraná.

Na quarta-feira, o estado perdeu o grau de investimento da Moody's, junto com Maranhão, Minas Gerais e o município de Belo Horizonte. Mas, ao contrário de outros estados e municípios, cuja nota passa a ter perspectiva estável, a do Paraná ainda tem perspectiva negativa, indicando que não se pode culpar apenas o cenário nacional pelo rebaixamento.

A Moody's cita especialmente "a deterioração mais rápida do balanço do estado em 2014 em comparação com seus pares" e disparidades nos números divulgados pelo estado referentes a gastos com pessoal. Cabe ao Palácio Iguazu trabalhar duro para recuperar a confiança dos mercados e o grau de investimento.

Número de demissões na GM já passa de 600, diz sindicato

14/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O número de demitidos na General Motors de São José dos Campos, interior de São Paulo, já passa de 600 pessoas, segundo o sindicato dos metalúrgicos local. A montadora não confirma o total de dispensas e, informa que todos os telegramas foram emitidos no mesmo dia. Desde segunda-feira (10), os metalúrgicos da fábrica estão em greve por tempo indeterminado. A unidade emprega 5,2 mil pessoas.

Nesta quarta, a empresa entrou com um pedido de dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho, em Campinas, para caracterizar a ilegalidade da greve. Na próxima segunda, conforme o sindicato, está marcada a reunião de conciliação para avaliar legitimidade da paralisação.

Nesta sexta, o sindicato vai promover uma manifestação na porta da fábrica com a participação de todos os funcionários da unidade. Segundo a entidade, o ato vai pedir a anulação das demissões e a abertura das negociações.

Volks

A Volkswagen também enfrenta divergências com o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e região. A fábrica da montadora, que emprega cerca de 5 mil pessoas, está em estado de greve, segundo a entidade. A empresa tenta renegociar desde abril um novo acordo coletivo com os funcionários para o ano que vem. Na segunda, em assembleia, foi votado a manutenção do dissídio aprovado em 2012 com vigência até 2016.

Em nota, a Volkswagen afirma que diversas medidas de flexibilização da produção foram aplicadas em 2015, como por exemplo férias coletivas e suspensão temporária dos contratos de trabalho (lay-off). No entanto, de acordo com a empresa, todos os esforços não foram suficientes para adequar a produção à demanda do mercado.

Na fábrica de Taubaté, a Volks monta o up!, além do Gol e do Voyage. Segundo o sindicato, a produção diária é de 850 modelos up!. No início do ano, a cadêcia chegava a 1.050 por dia.

Segundo a empresa, as perspectivas de mercado para o ano que vem não são animadoras e por isso se faz necessária a adoção de um novo acordo. "A Volkswagen buscou alternativas junto ao sindicato, realizando desde abril um processo de negociação para a composição de uma proposta que permitisse a adequação necessária da estrutura de efetivo e custos da unidade, que hoje são os mais altos da Volkswagen no Brasil."

Entre as propostas enviadas ao sindicato, de acordo com a Volks, está a abertura de programas de demissão voluntária (PDV) e antecipação de aposentadorias.

"Apesar de a proposta não ter sido aprovada, continua urgente a necessidade de adequação de efetivo e otimização de custos para melhorar as condições de competitividade de Taubaté", diz a nota. A montadora considera que há um excedente de 500 funcionários na unidade, segundo o sindicato.

Rumo ALL tem queda de 36% no lucro do segundo trimestre

14/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A Rumo ALL teve lucro líquido de R\$ 33,2 milhões no segundo trimestre, queda de 36,4% na comparação anual, informou a empresa de logística nesta quarta-feira (12). No acumulado do primeiro semestre ano, no entanto, a companhia acumulou prejuízo de R\$ 193 milhões, ante lucro de R\$ 57,8 milhões na primeira metade de 2014.

O segundo trimestre foi o primeiro divulgado pela empresa após a incorporação das ações da ALL pela Rumo. Segundo a companhia, as melhorias implementadas pela nova gestão começam a refletir nos resultados da empresa

O volume transportado no trimestre cresceu 5,7%, atingindo 11,3 bilhões de toneladas transportadas por quilômetro útil (TKU). O avanço reflete o crescimento de 9,6% no volume transportado de produtos agrícolas, principalmente soja, milho e açúcar. Isso compensou o recuo de 6,9% no transporte de produtos industriais.

A receita líquida subiu 5,8%, para R\$ 1,22 bilhão. O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) cresceu 8,8% na mesma base e fechou junho em R\$ 586,9 milhões.

A empresa também revisou a projeção de Ebitda no ano para o intervalo de R\$ 1,75 bilhão e R\$ 2 bilhões, ante estimativa anterior de R\$ 1,6 bilhão a R\$ 2 bilhões.

Investimentos

Para os investimentos em 2015, a previsão agora é que sejam de R\$ 1,7 bilhão a R\$ 1,9 bilhão. Anteriormente, a empresa estimava que fosse de R\$ 1,6 bilhão a R\$ 1,9 bilhão.

No primeiro semestre, o investimento somou R\$ 956,1 milhões, alta de 33% sobre o combinado das duas empresas no mesmo período do ano passado.

Alta de tarifas e resultado financeiro elevam lucro da Copel

14/08/2015 – Fonte: Exame



A estatal paranaense de energia Copel teve lucro líquido de 302 milhões de reais no segundo trimestre, alta de 21,7 por cento na comparação anual, devido principalmente à elevação das tarifas de distribuição, que ajudará a empresa a recuperar descontos concedidos aos clientes no passado.

Segundo a empresa, a assinatura de um aditivo ao contrato de concessão da Copel Distribuição permitiu reconhecer 478,1 milhões de reais em receita referente a ativos e passivos financeiros, sendo que parte do valor é referente a descontos oferecidos nas tarifas em 2013 e 2014, que serão recuperados a partir do reajuste praticado neste ano.

A companhia também foi ajudada por uma alta de 187 por cento, para 120,6 milhões de reais, no resultado financeiro, puxado por uma maior inflação e também pela variação monetária de contas a receber vinculadas à concessão e à remuneração de ativos e passivos setoriais.

Com isso, o lucro ficou bem acima dos 203 milhões de reais estimados por analistas consultados pela Reuters. A geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) foi de 493 milhões de reais no período, alta de 5,7 por cento ante o ano passado, também superior às projeções do mercado, que apontavam para 462,7 milhões de reais.

A receita operacional líquida da Copel foi de 3,9 bilhões de reais, com alta de 25,4 por cento ante 2014, puxada principalmente por um aumento de 54,3 por cento na receita com fornecimento de energia elétrica.

O avanço ocorreu por conta de reajuste tarifário de 24,8 por cento aplicado em junho de 2014 e uma revisão tarifária extraordinária de 36,79 por cento em março deste ano. Já os custos e despesas operacionais subiram 28 por cento, para 3,6 bilhões, principalmente devido a maiores custos com a compra de energia elétrica e ao reajuste das tarifas de Itaipu, que são cotadas em dólar.

Na divisão de geração e transmissão de energia, a receita operacional somou 659,6 milhões, queda de 18,6 por cento na comparação anual, devido a uma menor alocação de energia para venda no segundo trimestre e à redução dos preços da energia no mercado de curto prazo ante os níveis de 2014.

Já a Copel Distribuição teve receita operacional de 2,48 bilhões, com alta de 53,4 por cento, principalmente pelas elevações tarifárias autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Amortecedores regenerativos transformam buracos em energia

14/08/2015 – Fonte: CIMM

Brevemente, em vez de se desviar dos buracos nas ruas e estradas, você poderá começar a aperfeiçoar a mira para acertar todos eles. O professor Lei Zuo, da Universidade da Virgínia, nos Estados Unidos, está propondo uma nova técnica para gerar eletricidade nos veículos híbridos e elétricos a partir das irregularidades no asfalto.

Segundo os cálculos do professor Zuo, apenas as suaves irregularidades de um asfalto bem conservado podem ser capazes de gerar entre 100 e 400 watts de energia, um valor impressionante, suficiente para aumentar muito a autonomia de um carro elétrico.

Amortecedores regenerativos

Os sistemas regenerativos de freios já são usados em veículos de linha, mas Zuo quer transformar os amortecedores em geradores de energia.

Para isso, os amortecedores regenerativos devem converter a energia vibracional - as vibrações verticais da suspensão - em movimento rotacional que aciona um gerador.

Em 2009, estudantes do MIT já haviam apresentado o protótipo de uma suspensão regenerativa, mas o professor Zuo garante ter resolvido um problema crucial de eficiência: a conversão do movimento bidirecional dos amortecedores no movimento unidirecional necessário para movimentar continuamente o gerador.

Uma combinação de engrenagens permite que tanto o movimento de descida quanto o movimento de subida do amortecedor, sejam convertidos em eletricidade, essencialmente dobrando a quantidade de energia que pode ser recuperada.

Energia versus maciez

O protótipo construído pela equipe consegue recuperar até 60% da energia teoricamente disponível nos amortecedores. O professor Zuo afirma que, com uma fabricação mais aprimorada dos diversos componentes - eventualmente em escala industrial - será possível chegar aos 85% de eficiência.

O amortecedor-gerador "pode ser integrado no carro diretamente, sem mudar nada no carro," disse o pesquisador.

Como nada sai de graça, o próximo passo da pesquisa será aferir o quanto a captação da energia vibracional tira do conforto da suspensão, o que eventualmente exigirá buscar um equilíbrio entre eficiência na geração de energia e maciez do carro.

Ford suspende produção em Camaçari

14/08/2015 – Fonte: Automotive Business



Em comunicado enviado a jornais baianos na quinta-feira, 13, a empresa informa que a paralisação tem o "objetivo de ajustar o ritmo de produção à demanda do mercado".

A Ford acrescentou ainda que não foram concedidas férias coletivas, mas folgas remuneradas a 3,5 mil empregados da unidade, que ficarão em casa por períodos que variam de acordo com o setor.

A linha de produção de carros, onde são produzidos os modelos Ka, Ka+ e EcoSport, fica parada entre os dias 12 e 14 de agosto, enquanto a fabricação dos motores 1.0 três-cilindros interrompe as atividades de 10 a 14 de agosto. A fábrica só ficará totalmente parada em dois dias desta semana.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, Julio Bonfim, não demonstrou grande preocupação com a paralisação: "Foi só uma parada de ajuste no volume de produção. Não são férias, é uma semana de folga", disse o sindicalista ao portal Bahia Notícias.

Ele lembrou ainda que recentemente a categoria fechou acordo de data-base que prevê reajuste acima da inflação nos salários dos empregados da unidade.

Troller T4 ganha piloto automático Dalgas

14/08/2015 – Fonte: Automotive Business



O sistema traz três principais funções: duas memórias programáveis, limitador de velocidade programável e limitador de velocidade fixa. Na primeira, a fabricante criou dois tipos de armazenamento que não se perdem ao desligar o piloto.

O motorista pode gravar as duas velocidades que usa com maior frequência, por exemplo 50 km e 120 km, bastando acionar o botão Memória 1 para ajustar a velocidade automaticamente. As memórias podem ser alteradas a qualquer momento por meio deste comando.

Já o limitador de velocidade é útil em locais onde há dificuldade em manter uma velocidade constante. O motorista pode programar a velocidade limite que desejar e, quando ativada, mesmo que haja aceleração o veículo não irá ultrapassar a velocidade estipulada. Para desfazer a função, basta pisar no acelerador até o fundo por dois segundos, que ela será cancelada.

Com o limitador de velocidade fixa, é possível limitar o veículo a uma velocidade que não será ultrapassada de forma alguma. Em longos percursos, a função pode ser utilizada como item de conforto, ao controlar a velocidade, evita que o motorista precise manter o acelerador acionado até o fim, poupando esforço muscular. Segundo a Dalgas, neste módulo, o sistema proporciona economia de combustível, uma vez que a velocidade fica estável, além de maior segurança.

Revalidação no Inovar-Auto é desafio da legislação automotiva

14/08/2015 – Fonte: Automotive Business

O foco do Workshop Os Desafios da Legislação Automotiva estará centrado na interpretação do emaranhado de decretos, leis, portarias e regulamentações que disciplinam as operações da indústria automobilística, em período agravado pela crise política e econômica.

Um dos principais temas será o desdobramento do Inovar-Auto, política industrial do governo voltada ao setor automotivo que entra em seu terceiro ano ainda com muitas questões a decifrar.

No evento promovido por Automotive Business em 14 de setembro, no Milenium Centro de Convenções, em São Paulo, Paulo Cardamone, chief strategy officer da Bright Consulting, analisará na segunda palestra do dia as novas etapas da legislação pertinente ao Inovar-Auto e tratará da consolidação de políticas industriais para o setor automotivo.

Cardamone, um dos consultores que ajudaram a estruturar as bases do Inovar-Auto no MDIC, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entende que a iniciativa do governo tentou lançar novas bases para ordenar o setor, estimulando o desenvolvimento das operações fabris e de novos veículos.

Ele adverte, no entanto, que a legislação relativa ao Inovar-Auto é complexa, teve limitado impacto no aumento da competitividade do setor e que a adequação das empresas aos requisitos do governo e manutenção da habilitação ao regime é um grande desafio envolvendo rastreabilidade, eficiência energética, P&D, inovação e engenharia, que rendem incentivos fiscais.

“Fabricantes e importadores de veículos estão em processo de revalidação da habilitação obtida anteriormente e as condições de mercado mudaram significativamente nos últimos 18 meses, o que requer reflexões muito mais robustas para a tomada de decisões relacionadas ao regime automotivo”, admite.

Segundo apurou o jornalista Ricardo Panessa para Automotive Business junto ao MDIC, o Inovar-Auto deve se aprimorar gradativamente. Para isso, algumas regulamentações complementares e ajustes ainda estão sendo realizados.

Ainda em 2015, deverão ser desenvolvidas novas medidas e atividades voltadas à gestão do programa, tais como publicação do manual de auditoria, seleção de entidades auditoras e estabelecimento de metas de eficiência energética para veículos de nicho e comerciais leves.

Além disso, deverá ser publicado decreto determinando a troca de requisitos na renovação da habilitação, conta corrente de P&D e engenharia, detalhamento da produção por encomenda e uso do saldo das cotas de 2014 no ano-calendário 2015.

Na sessão de abertura do Workshop, o diretor Carlos Reis e o responsável pelas projeções de mercado Jomar Napoleão, da Carcon Automotive, vão avaliar os esforços para estimular a retomada dos negócios na indústria automobilística. Para eles, o reaquecimento virá no fim de 2016 e tomará corpo em 2017, como antecipa também a Anfavea, associação dos fabricantes de veículos.

O workshop debaterá também o desenvolvimento dos programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, em painel com a presença de Bruno Bragazza, gerente de inovação e propriedade intelectual da Bosch América Latina, Valter Pieracciani, diretor da Pieracciani, e Wilson Bricio, presidente da ZF América do Sul e da VDI-Brasil, a Associação de engenheiros Brasil-Alemanha.

Os programas de qualidade e certificação para autopeças, montadoras e o aftermarket serão discutidos em palestra de Mário Guitti, superintendente do IQA, o Instituto da Qualidade Automotiva.

Marco Saltini, vice-presidente da Anfavea, explicará o que falta para consolidar no País a legislação relativa ao programa Euro 5, que enfrenta problemas como a adulteração de Arla 32 e do OBD, sistema de diagnose a bordo dos veículos comerciais.

Os desafios da legislação tributária no setor automotivo serão analisados no workshop por Cristiano Lisboa Yazbek e Gilberto Luiz do Amaral, diretores do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

As mudanças nas relações trabalhistas do setor de autopeças serão o tema da apresentação de Sergio Graf, assessor jurídico do Sindipeças, entidade dos fabricantes de autopeças, que tratará do avanço do e-Social, proteção do emprego, terceirização e desoneração da folha de pagamento.

O impacto do Bloco K do Sped Fiscal será avaliado por Marcus Vinicius Gonçalves, sócio-consultor da KPMG. Caberá a Douglas Nogueira Lopes, sócio-diretor da Deloitte, explicar

as questões técnicas, tributárias e fiscais relativas ao comércio exterior e localização de componentes.

Lifan se adapta ao mercado retraído

14/08/2015 – Fonte: Automotive Business



Apesar da queda de mercado que reduziu em quase 30% a procura pelo utilitário esportivo X60, o carro mais vendido da Lifan, a fabricante chinesa instalada no Brasil ainda investe no País: “Inauguramos há cerca de dois meses um PDI maior em Itajaí (SC), com capacidade para receber 6 mil carros”, afirma o diretor de marketing da empresa, Luiz Zanini (SC).

A sigla PDI vem de Pre Delivery Inspection, um pátio de 50 mil metros quadrados onde os Lifan montados no Uruguai ficam armazenados antes de seguir para a rede, atualmente com 57 concessionárias no Brasil.

“Ele serve como um ‘pulmão’ e nos permite ter em estoque modelos, versões e cores diferentes com menor preocupação quanto à taxa cambial”, diz Zanini. Segundo o executivo, a Lifan investiu R\$ 3,5 milhões no local e ainda há mais R\$ 1 milhão previsto para as instalações.

A empresa também vem ampliando o centro de distribuição de peças, inaugurado em novembro de 2013 na cidade de Salto (SP) com investimento de R\$ 750 mil. “Ele foi aumentado de 3,5 mil para 4 mil m² e receberá um mezanino para ampliar a capacidade interna”, afirma o diretor de pós-venda, Carlos Tavares.

É como se a companhia oriental e seu proprietário, o sr. Yin Mingshan, enxergassem o Brasil como uma grande lagoa que deve ser cevada aos poucos e com paciência porque um dia a pesca será graúda.

Mas nem tudo é filosofia ou comemoração. Dos 7 mil veículos estimados para 2015 a empresa só vendeu 2.925 até julho. A picape Foison teve menos de 600 unidades emplacadas de janeiro a julho deste ano: “Falta crédito para o consumidor desse modelo. De cada dez propostas, apenas duas são aprovadas”, afirma Zanini.

Sobre a baixa procura pelo sedã pequeno LF 530 (644 unidades licenciadas até julho) ele diz: “O cliente desse modelo é muito conservador. Ele tem poucos recursos, não pode errar. Ao mesmo tempo este é um segmento muito concorrido”, diz Zanini.

O LF 530 tem preço sugerido de R\$ 41.990 e acaba disputando mercado com modelos consagrados e com grande rede de revendas como o Chevrolet Classic, que tem ar-condicionado e direção hidráulica de série por R\$ 33,6 mil.

O baixo desempenho de vendas acabou atrasando a chegada do novo utilitário esportivo X50, mostrado no Salão do Automóvel de 2014.

Durante o evento ele foi prometido para 2015, mas o diretor comercial, Jair de Oliveira já o empurrou para o fim do primeiro semestre de 2016.

Com o mercado brasileiro encolhido, a produção da Lifan deve permanecer no Uruguai durante algum tempo: "O volume atual não nos permite pensar em fabricar no Brasil em curto prazo", afirma o diretor-geral da empresa para o Brasil, Huang Zhen.

Indicador Serasa mostra economia em recessão técnica

14/08/2015 – Fonte: Exame



A economia brasileira entrou em recessão técnica, ao registrar dois trimestres consecutivos de retração este ano. De acordo com o Indicador Serasa Experian, o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 1,4% no período de abril a junho de 2015, após ter recuado 0,2% no primeiro trimestre, com a taxa já dessazonalizada.

No confronto com o segundo trimestre de 2014, sem ajuste, a economia teve contração de 1,5%. Além dos fatores já amplamente conhecidos - queda no nível de confiança de consumidores e empresários, inflação elevada que vem reduzindo o poder de compra dos brasileiros, aumento no juro básico que atualmente está em 14,25% e que vem deixando o crédito mais caro -, os economistas da Serasa também citam, em nota, que a crise política empurrou a economia para o campo negativo no segundo trimestre.

O setor industrial foi o que mais registrou queda, do lado da oferta, ao cair 3,9%. Na sequência, aparecem as atividades de serviços, com retração de 0,3%, e de agropecuária, com declínio de 0,2%, ante os três primeiros meses de 2015.

Apesar do recuo no período de abril a junho deste ano, no primeiro semestre a agropecuária acumula crescimento de 3,9%, devido à safra recorde de grãos aguardada para este ano, conforme a Serasa.

Já os maiores recuos, da parte da demanda, foram registrados nos investimentos, que tiveram variação negativa de 8,6%, no segundo trimestre em relação ao anterior. Nos seis primeiros meses de 2015, a retração foi de 9,4%.

Segundo a Serasa, tanto o consumo das famílias como o do governo caíram, respectivamente, 0,9% e 0,6% no segundo trimestre. "Por outro lado, o setor externo, com exportações avançando 4,1% e as importações recuando 9,2%, impediram uma retração maior na atividade econômica no segundo trimestre de 2015", avalia nota da Serasa.

Empresas apertam custos e elevam lucro em ano de crise

14/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

As grandes empresas brasileiras se prepararam para a crise econômica, ganharam eficiência e conseguiram elevar os ganhos nos seus negócios no primeiro semestre de 2015, na comparação com o mesmo período de 2014.

A melhora ocorreu mesmo com a queda nas receitas com as vendas. Isso mostra que as companhias conseguiram repassar aumentos nos preços, além de cortar custos e despesas administrativas.

Levantamento do Insper, feito a pedido da **Folha** com base em dados da consultoria Economatica, mostra que as companhias que fazem parte do Ibovespa tiveram um crescimento de 9,3% no chamado lucro operacional (o Ebit, ou lucro antes de juros e impostos) nos primeiros seis meses deste ano na comparação com o primeiro semestre de 2014.

A receita, no entanto, caiu 0,3% nessa comparação. O tombo é ainda maior se for considerada a inflação de 8,89% pelo IPCA acumulado nos 12 meses até junho. Já o lucro líquido, apurado após descontar impostos e o efeito de juros e câmbio, caiu 7,9%. A queda é explicada pelo impacto do câmbio na dívida das empresas.

Por ora, o efeito é apenas contábil porque poderá ser mitigado até o vencimento da dívida, com proteção cambial e receita em dólar. Os dados consideram 40 empresas do Ibovespa que divulgaram seus resultados até quarta (12), com uma representação de 74% no índice.

"O resultado mostra que as empresas melhoraram a sua parte operacional, antevendo uma piora no cenário econômico", diz Michael Viriato, coordenador do laboratório de finanças do Insper. "As empresas vão se adaptando aos cenários. Contiveram custos e racionalizaram os processos para atravessar esse período desafiador", disse Reginaldo Alexandre, presidente da Apimec (associação dos analistas).

Isso ocorreu, por exemplo, na fabricante de alimentos BRF e na petroquímica Braskem. A BRF cortou custos e despesas na produção, armazenagem e distribuição. Já a Braskem aumentou o uso da capacidade instalada e se beneficiou de preços mais favoráveis de insumos.

INFLAÇÃO

Excluindo do cálculo os bancos, que tiveram o lucro influenciado pela alta dos juros, e as gigantes Vale e Petrobras, prejudicadas pela queda nos preços das commodities, o levantamento mostra que as empresas conseguiram elevar as receitas acima da inflação. Em média, o crescimento foi de 12,63%.

"Provavelmente elas não conseguiram repassar integralmente a alta dos preços, mas pelo menos aumentaram a receita no mesmo patamar da inflação", diz Viriato, lembrando que a receita não é formada só por preços, mas também por volume vendido.

Com a ajuda do aumento das vendas, esse grupo de empresas aumentou o lucro operacional em 16,83%. O resultado final, que paga os acionistas e possibilita o reinvestimento no negócio, aumentou 4,08%.

"A safra de balanços mostrou que as empresas estão privilegiando a eficiência e reduzindo a alavancagem para atravessar esse momento", afirma Roberto Indech, analista da corretora Rico.

Em um semestre de queda na produção industrial, retração nas vendas no varejo e avanço tímido das exportações, os resultados das empresas até surpreenderam.

"Não foram tão desastrosos como poderia se esperar. Mas a base de comparação não é a ideal", afirma Viriato, do Insper. Com Copa e manifestações, o segundo trimestre de 2014 foi fraco para as empresas.

Maioridade industrial

14/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Da grave crise que se acerca de todos nós, se há algo a destacar como positivo é a conscientização de que o crescimento econômico nos moldes antigos, puxado pelo aumento tipo rosca sem fim do gasto público e por barreiras à competição externa, bateu num muro espesso. Tão cedo ele não dará as caras sem a retomada da agenda de reformas que parecia tomar corpo até a década passada.

Embora todas as mudanças necessárias sejam imprescindíveis e para ontem, é possível pensar em uma escala de urgências. A mais gritante, ou consensual, dessas prioridades é o crescimento econômico, com a reabertura dos fluxos bilaterais do comércio exterior vista como um de seus propulsores, complementar, aliás, ao mercado interno.

A ser este o caminho da recuperação, e não há tantas opções assim, é essencial uma olhada crítica para nosso sistema de tarifas de importação.

A atual estrutura tarifária corresponde à que foi implantada em 1991, acrescida da tarifa externa comum (TEC) criada no âmbito do Mercosul. Portanto, lá se vão mais de duas décadas de vigência de um sistema de proteção defasado pelo tanto que aconteceu desde então.

Nesse período, vários países, especialmente os emergentes, usaram o rebaixamento de tarifas como incentivo para a importação de bens de capital e bens intermediários a fim de potencializar sua competitividade exportadora. Seguiram esse caminho ao vislumbrar no comércio mundial oportunidades para apressar o desenvolvimento.

Tais países também buscaram celebrar acordos comerciais, o que, na prática, implicou reduções substantivas de impostos sobre a importação, além de reforçar a integração comercial produtiva.

Enquanto a "fila andava", o Brasil e seus parceiros do Mercosul se apegavam ao sistema tarifário comum, não obstante as diversas "perfurações" ou mudanças pontuais à revelia de uma consistente política de fomento ao comércio exterior. Atenderam, no mais das vezes, razões conjunturais ou interesses setoriais específicos.

Como tais mudanças foram se sobrepondo umas às outras, acabaram por criar um amontoado de distorções, o que já por si sinaliza a urgência de um reexame em profundidade do tema.

Recente pesquisa do Iedi e da Fiesp, feita por economistas do Instituto de Economia da UFRJ, mapeou o emaranhado de exceções e superposições tarifárias em vigor. O trabalho calculou nossa tarifa média em quase 12% –nível alto para os padrões de países desenvolvidos, cujas tarifas estão em torno de zero e também para os emergentes, como China, México, Chile e Coreia.

Outro grave problema detectado é que não dispomos de uma firme orientação de política de comércio exterior. "Em geral", diz o trabalho, "as tarifas dos bens intermediários encontram-se em sua maioria próximas àquelas dos setores de bens finais que as utilizam." A proteção elevada de matérias-primas e componentes (bens intermediários) compromete a competitividade das etapas seguintes da cadeia produtiva.

A reforma tarifária que se impõe implica baixar a tarifa média, acompanhando os padrões globais, e remover as distorções da estrutura aduaneira –duas medidas relevantes como sinalização de longo prazo do compromisso de modernização da base produtiva.

O horizonte de sua aplicação deverá ser suficiente para que as empresas possam adequar-se à maior competição, além de encontrar na própria política tarifária, hoje um impeditivo ao avanço da indústria, um guia para o novo caminho de retomada do crescimento.

Receita líquida da mineração retrai 39,1% no período

14/08/2015 – Fonte: Diário do Comércio

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) registrou queda de 39,1% na receita líquida de sua mineração no segundo trimestre na comparação com o mesmo intervalo de 2014. O desempenho é resultado da queda significativa dos preços internacionais do minério de ferro.

Entre abril e junho, a receita da mineração atingiu R\$ 680 milhões, ante R\$ 1,117 bilhão no segundo trimestre do ano passado. Com isso, a participação do segmento na receita total da CSN caiu de 25,2% no segundo trimestre de 2014 para 17,2%. Os dados são do balanço financeiro divulgado ontem pelo grupo.

O Ebitda Ajustado - lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, da mineração recuou 48,4% na mesma base de comparação. O resultado passou de R\$ 442 milhões para R\$ 228 milhões. A participação do segmento no Ebitda da CSN atingiu 25,7% no 2º trimestre, ante 31,3% no exercício passado.

No segundo trimestre, a companhia comercializou 5,987 milhões de toneladas de minério de ferro. O volume é 17% inferior ao registrado no mesmo intervalo do ano passado, quando o resultado atingiu 7,232 milhões de toneladas. Conforme o relatório, a produção de 6,8 milhões de toneladas de minério de ferro no 2º trimestre superou em 14% o resultado do período imediatamente anterior. O resultado foi impulsionado pelo recorde de 6,3 milhões de toneladas registrados na mina Casa de Pedra, em Congonhas (Campo das Vertentes).

A CSN vem realizando investimentos bilionários na produção de minério de ferro em Minas Gerais. Além de Casa de Pedra, a companhia é sócia majoritária da Nacional Minério S/A (Namisa), também em Congonhas. Em teleconferência para investidores realizada ontem, o diretor de Mineração do grupo, Daniel Santos, estimou que a companhia deverá produzir 33 milhões de toneladas neste ano.

A companhia deverá concluir ainda neste ano o processo de criação de sua mineradora, que irá englobar os dois ativos em Congonhas. A empresa chegou ao acordo com o consórcio composto pelas empresas Itochu Corporation, JFE Steel Corporation, Posco, Kobe Steel, Ltd., Nisshin Steel Co, Ltd. and China Steel Corp, sócios da Namisa.

Cimento - A companhia confirmou ainda que concluiu, no segundo trimestre, a construção do moinho de cimento um em Arcos, na região Centro-Oeste do Estado. Ainda neste trimestre a empresa pretende finalizar a obra do moinho dois.

Em abril, a CSN anunciou investimentos da ordem de R\$ 1,8 bilhão na produção de cimento em Minas Gerais. Os aportes incluem duas novas fábricas que serão construídas em Arcos e Romaria, no Triângulo Mineiro. Com o projeto, a empresa aumentará sua capacidade em 125%.

Os aportes englobam a construção de três moinhos. Desse total, dois serão instalados em Arcos. As unidades terão em conjunto a capacidade instalada de 3 milhões de toneladas anuais. Os investimentos envolvem também a ampliação da produção de clínquer, matéria-prima da indústria do cimento, em Arcos, com a construção de mais um forno.

Além do equipamento, o município da região Centro-Oeste concentra as jazidas de calcário. Com os investimentos, a capacidade de produção de cimento da CSN passará de 2,4 milhões de toneladas/ano para 5,4 milhões de toneladas anuais. A companhia mantém uma planta em Volta Redonda (RJ).

CSN registra prejuízo de R\$ 615 mi no 2º trimestre

14/08/2015 – Fonte: Diário do Comércio

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) reportou prejuízo líquido de R\$ 615 milhões no segundo trimestre do ano, revertendo, assim lucro líquido de R\$ 19 milhões no mesmo período do ano passado e de lucro de R\$ 392 milhões no trimestre imediatamente anterior.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado chegou em R\$ 801 milhões no intervalo de abril a junho, queda de 38,5% na relação anual. Ante o primeiro trimestre do ano o recuo foi de 12%.

A margem Ebitda ajustada ficou em 20% no segundo trimestre do ano, ante 30% no mesmo período do ano passado e de 22% no trimestre imediatamente anterior. A receita líquida, por sua vez, foi a R\$ 3,687 bilhões, queda de 9% em relação ao visto um ano antes e recuo de 8% na relação trimestral.

O prejuízo líquido apresentado pela CSN, de R\$ 615 milhões, é quase oito vezes superior à média das projeções de sete estimativas coletadas pela Agência Estado - BTG, Citi, Itaú BBA, JP Morgan, Morgan Stanley, Santander e Votorantim Corretora - que era de R\$ 74 milhões.

A alavancagem da siderúrgica segue sua trajetória de alta e atingiu 5,61 vezes no segundo trimestre. O indicador, que é medido pela relação da dívida líquida pelo Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), era de 2,71 vezes no mesmo período do ano passado e estava em 4,76 vezes nos três primeiros meses deste ano.

A dívida líquida ajustada da CSN cresceu 24% na relação anual e alcançou R\$ 20,769 bilhões. Em relação ao primeiro trimestre, houve expansão de 4%. Já o caixa da empresa ficou em R\$ 11,102 bilhões, queda de 7% na relação anual e de 9% na trimestral

A CSN reportou ainda perda financeira de R\$ 772 milhões no segundo trimestre proveniente de encargos de empréstimos e financiamentos (R\$ 780 milhões), variações monetárias e cambiais líquidas, juros, multas e moras fiscais, além de outras despesas financeiras.

A perda financeira no intervalo de abril a junho foi 5% menor do que o visto um ano antes e 11% inferior à perda do primeiro trimestre deste ano.

Abimaq e centrais sindicais fazem ato contra crise econômica em São Paulo

14/08/2015 – Fonte: Diário do Comércio

Empresários da indústria e representantes das principais centrais sindicais do País interditam ontem a avenida Paulista, em São Paulo, em um ato conjunto "em defesa da indústria e do emprego".

De um carro de som em frente ao Masp, os organizadores se revezam no microfone para criticar os "juros pornográficos" praticados no Brasil, a falta de uma política industrial por parte do governo e o aumento do desemprego devido à crise.

Apesar de o movimento se apresentar como apartidário e de afirmar não ser contra o governo, por mais de uma vez sindicalistas gritaram "Fora Dilma!", mas não despertaram o entusiasmo dos presentes.

Carlos Pastoriza, presidente da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), afirmou que o que une as classes patronal e trabalhadora nesta manifestação é "a situação desastrosa da economia". "O governo precisa acabar com estes juros pornográficos e atacar o *spread* gigantesco dos bancos", defendeu.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, disse que o tamanho da crise, com juros e inflação elevados e desemprego em alta, causa um caos.

"Primordial a redução dos juros. Também é preciso ter linhas de crédito e uma política industrial para o País, que hoje não existe", defendeu.

"Preciso medidas para a retomada do crescimento porque essa crise vai passar. Pode demorar, mas vai passar", disse.

Questionado sobre a recente desvalorização da moeda chinesa yuan, Pastoriza, da Abimaq, reconheceu que o movimento preocupa e defendeu que o Banco Central pare de intervir no mercado de câmbio.

"O câmbio já andou, mas continua desequilibrado, favorecendo as importações", disse. O empresário afirmou ainda que o governo "jogou ao contrário" por oito anos, ao tentar manter o real supervalorizado, segundo ele, o que levou a um processo de desindustrialização no País.

Abinee - Já o presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Babato, diz que vai convidar o presidente da Abimaq, Carlos Pastoriza, a visitar uma fábrica de eletrônicos para conhecer o processo produtivo realizado no Brasil e como as empresas do setor cumprem "com rigor" as regras do país.

O convite será feito nesta sexta-feira, durante o Fórum Nacional da Indústria, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo, em reação à entrevista do executivo publicada na "Folha de S.Paulo" na quarta-feira passada. Babato diz, por meio de nota, que quer mostrar que a produção de eletrônicos no País "é muito diferente daquilo que ele (Pastoriza) disse".

Na entrevista, o presidente da Abimaq afirmou que o Brasil passa por uma "desindustrialização mascarada" e que as indústrias "silenciosamente deixam de ser fabricantes para virarem montadoras e, em seguida, importadoras".

Ao explicar esse processo, Pastoriza citou "por exemplo, o eletrônico vem acabado da China, a empresa tira a placa do produto xingue-lingue e coloca a de fabricado no Brasil, com uma marca conhecida".

A informação causou reação do setor de eletroeletrônico. "As indústrias instaladas no Brasil cumprem com rigor o Processo Produtivo Básico (PPB), que determina o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização do produto".

A Abinee tem 500 empresas associadas no país, que juntas empregam 800 mil trabalhadores diretos e indiretos. No ano passado, teve faturamento de R\$ 153,8 bilhões.

CSN vê prejuízo de R\$ 614,3 milhões no segundo trimestre

14/08/2015 – Fonte: Valor Econômico

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) teve prejuízo líquido de R\$ 614,3 milhões no segundo trimestre de 2015, invertendo a direção tomada um ano antes, quando apresentou lucro.

A receita da companhia ficou 9% menor e se situou em R\$ 3,69 bilhões nos três meses até junho. Os custos subiram 3,67%, para R\$ 2,85 bilhões, e as despesas operacionais avançaram 50,7%, somando R\$ 688,1 milhões.

A despesa financeira líquida ficou em R\$ 771,7 milhões no trimestre, o que implica recuo de 5,3%.

A siderúrgica apresentou ainda lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado de R\$ 801 milhões no segundo trimestre, ou 38,5% menor em relação ao montante dos mesmos meses de 2014.

Os dados do Ebitda segundo a Instrução CVM 527, contudo, não foram informados, mas os ajustes excluem o Ebitda das controladas em conjuntos, o resultado de equivalência patrimonial e outras receitas e despesas operacionais.

Paralelamente, a dívida bruta da siderúrgica terminou junho em R\$ 31,87 bilhões, redução de 1,1% frente a março. Mas o dispêndio de caixa na mesma comparação fez com que o endividamento líquido se elevasse em 3,9%, para R\$ 20,77 bilhões.

O menor Ebitda da empresa de Benjamin Steinbruch — por conta de vendas em queda e diminuição de margens —, aliado ao avanço das obrigações líquidas, deixou a alavancagem da CSN, medida pela relação entre dívida e Ebit da, em 5,6 vezes. No primeiro trimestre, o índice era de 4,8 vezes.

Entre abril e junho, a CSN vendeu 1,26 milhão de toneladas de aço bruto, praticamente o mesmo volume apresentado no mesmo período do ano passado. A leve queda de 0,2% se deu principalmente pela menor demanda no mercado doméstico, que foi compensada pelos volumes comercializados no exterior.

O Brasil atendeu por 60% das vendas da companhia no trimestre. Um ano antes, essa participação era de 73%. Ao mesmo tempo, contudo, a fatia referente às subsidiárias no exterior foi de 25% para 36% e às exportações subiram de 2% para 4%, totalizando 40% dos volumes ao mercado internacional — 13 pontos percentuais a mais.

A CSN manteve sua produção de aço bruto praticamente estável no trimestre, em 1,19 milhão de toneladas.

Aço chinês cada vez mais barato é preocupação para Europa, diz Eurofer

14/08/2015 – Fonte: G1

A concorrência cada vez mais desleal de exportações chinesas baratas é uma preocupação para siderúrgicas europeias, disse a associação da indústria de aço Eurofer nesta quinta-feira, depois que fabricantes chinesas de aço cortaram os preços de exportações.

As usinas chinesas cortaram os preços em resposta à medida de Pequim de enfraquecer o iuan, segundo fontes do setor, fornecendo um sinal de como a desvalorização da moeda

por Pequim ajudará companhias na segunda maior economia do mundo a impulsionar as vendas.

"Pode haver impactos de concorrência muito reais para as empresas europeias de aço frente a importações de aço chinês, que agora serão ainda mais baratas", disse a Eurofer em comunicado por email.

A associação acrescentou que a Europa não está protegida o suficiente contra ser inundada pelo excesso de capacidade da China, exacerbado pela economia chinesa em desaceleração.

"(A China) agora tem uma capacidade instalada de 1,1 bilhão de toneladas, das quais 340 milhões de toneladas são capacidade excedente. Só este excesso de capacidade é mais que o dobro da demanda de aço da União Europeia."

A Eurofer, cujos membros incluem a ArcelorMittal, a ThyssenKrupp e a Voestalpine, estima que as exportações chinesas à UE cresceram 49 por cento na base anual nos primeiros cinco meses de 2015.

Montadoras programam parada de 13.800 funcionários em agosto

14/08/2015 – Fonte: G1



As montadoras de veículos programam a parada de 13.800 funcionários neste mês de agosto, continuando a série de medidas para reduzir a produção em meio à baixa nas vendas. As folgas ocorrem nas fábricas de Fiat, em Betim (MG), Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo (SP), Chery, em Jacareí (SP), e Ford, em Camaçari (BA).

Nas duas últimas haverá interrupção total das linhas em parte do mês (*veja datas abaixo*). No caso da Fiat, que tem 19 mil funcionários, a paralisação é parcial (3 mil). Nessas unidades da Fiat e da Ford são produzidos alguns dos carros mais vendidos do país, como o Ka e o Palio. A Mercedes fabrica caminhões e ônibus no ABC paulista. A Chery monta apenas o Celer (hatch e sedã).

FÁBRICAS DE VEÍCULOS PARADAS

Chery (Jacareí, SP)	17/08 a 5/09	300
Fiat (Betim -MG)	24/8 a 14/9	3.000
Ford (Camaçari , BA)	12/8 a 14/8 (produção); 10/8 a 14/8 (motor)	3.500
Mercedes-Benz (S. Bernardo do Campo, SP)	7/8 a 21/8	7.000

Contando com os trabalhadores de outras fábricas que continuam em férias coletivas ou em lay-off (contratos suspensos temporariamente), a indústria tem, ao menos, 18 mil funcionários parados.

Em junho passado, com a aproximação das férias escolares, esse número chegou a 35 mil.

Atualmente, têm férias coletivas ou lay-off as montadoras Volkswagen (2.357 funcionários em São Bernardo do Campo, SP, e 370 em Taubaté, SP), Volvo (407, em Curitiba), MAN (600, em Resende, RJ) e General Motors (400 em São Caetano do Sul, SP).

Demissões

Na GM de São José dos Campos (SP), foram anunciadas demissões no último sábado (8) e os funcionários começaram uma greve que continuava até esta quinta-feira (13).

A montadora não divulgou o número de desligamentos, mas o sindicato local diz ter sido procurado por mais de 600 trabalhadores que diziam ter recebido o aviso de demissão. Na última segunda (10), 798 operários que estavam em lay-off deveriam voltar ao trabalho, mas a greve foi iniciada nesse mesmo dia.

O sindicato de São Caetano informou, em julho, que cerca de 400 funcionários que também estavam em lay-off na unidade deverão ser demitidos. Outros 400 deverão ter a suspensão de contrato prorrogada, ainda segundo a entidade. O sindicato dos metalúrgicos de Catalão (MT) divulgou, no fim de junho, que a Mitsubishi demitiu 130 funcionários. A empresa não confirmou.

No 1º semestre, a Mercedes desligou 160 trabalhadores em janeiro e mais 500 em maio. A GM demitiu 150 em São Caetano. E a Ford cortou 140 em Taubaté.

Pior nível de emprego desde 2012

Segundo dados da Anfavea, em julho, as montadoras empregavam 135,7 mil pessoas no Brasil, contando as fabricantes de carros, caminhões, ônibus e máquinas agrícolas e rodoviárias. São 1.172 a menos do que em junho.

É o número mais baixo desde 2012, que é até quando vai a série com dados revisados da entidade. Em julho daquele ano, o setor tinha 19,6 mil trabalhadores. Considerando fornecedores de autopeças, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) diz que a indústria de veículos automotores demitiu 6.661 funcionários no mês passado.

Há um mês o governo federal lançou o Plano de Proteção ao Emprego (PPE), que propõe diminuir em até 30% as horas de trabalho, com redução proporcional do salário, apenas em empresas que estejam em dificuldades financeiras em caráter temporário.

Até a última quinta (13) nenhuma montadora havia aderido. As regras do governo para as empresas aderirem ao plano incluem a aprovação em acordo coletivo específico, em que a empresa deverá comprovar situação de dificuldade econômico-financeira.

A medida é uma alternativa ao lay-off, com a diferença de que, nela, o trabalhador não perde o vínculo de emprego. O período de validade não poderá ultrapassar 1 ano.

Governo está no caminho errado, mas não defende impeachment, diz CNI

14/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A falta de força política do governo para aprovar mudanças é hoje uma das maiores dificuldades na busca de um rumo para a saída da crise, segundo o presidente da CNI, Robson Andrade.

O executivo afirma ser contrário à possibilidade de impeachment da presidente Dilma Rousseff, mas que o governo está em um "caminho errado" em relação ao ajuste fiscal.

O empresário diz ainda que, durante a crise que derrubou o ex-presidente Collor, o país tinha um Congresso mais estruturado e lideranças políticas expressivas. A seguir, os principais trechos da entrevista.

*

Folha - A situação ainda vai piorar ou chegamos ao fundo do poço?

Robson Andrade - Não acredito que chegamos ao fundo do poço, mas precisamos começar a ver resultado. Só medidas pontuais, não resolvem.

Se medidas de ajuste tivessem passado teriam trazido alívio?

Mesmo que as desonerações tivessem sido aprovadas pelo Congresso, não resolveriam o problema do déficit. O governo contava com uma receita tributária inexistente porque a atividade econômica está caindo.

Como compara essa crise com a de Collor?

O Brasil hoje é mais maduro. Na época do Collor, vínhamos de uma inflação superior a 200% ao ano, tivemos planos econômicos que não deram certo. Hoje, há mais estabilidade. Tínhamos um Congresso estruturado e uma certa organização política. Temos condições de ter uma liderança adequada.

A liderança foi escolhida nas últimas eleições. O que seria pior para a indústria, a saída da presidente ou um governo fraco por três anos?

Escolhemos em outubro a liderança que gostaríamos de ter, mas escolhemos em cima de um programa de governo em que acreditávamos, de gestão, de crescimento. Por uma série de fatores econômicos e políticos, não se efetivou. Temos agora de ajudar a construir um país diferente.

As instituições têm de ser respeitadas. Foi eleita, tem de respeitar e ajudar a construir o país dentro do sistema político que temos, com a liderança que escolhemos. Mas é necessário também que ela tome as decisões que o país precisa, não podemos ficar à mercê de problemas políticos.

O sr. é a favor do impeachment da presidente?

Não sou a favor. Temos mecanismos da Justiça que têm de avaliar essas questões. Não acho que simplesmente o impeachment resolverá. O que vai resolver é ajudarmos a construir um Brasil diferente do que temos hoje. Não estou falando que tem de apoiar a presidente, mas que nós temos de achar um caminho para que nossos representantes, principalmente o Congresso, aprove as medidas necessárias.

A eleição da presidente é mais visível, mas, em 2014, as promessas dos candidatos aos governos, ao Senado e à Câmara, foram as mesmas, de que vão melhorar [o país]. Estamos esperando por isso e acho que temos de dar as mãos e ajudar a construir. Se a economia melhorar e o país voltar a crescer, a tendência é que a [impopularidade] mude completamente.

Quais os efeitos da operação Lava Jato sobre a indústria?

Algumas empresas são de grupos grandes, com outras atividades além da construção pesada. Vão se reestruturar e sair dessa situação melhores, com mais governança e transparência.

Não sei se terão interesse em participar de negócios com governos. Empresas [não envolvidas na Lava Jato] se mostram reticentes em trabalhar para o governo com receio de serem ligadas a irregularidades.

O ministro Joaquim Levy disse que empresas atrasam o pagamento de impostos, o que contribui para derrubar a arrecadação. Isso tem ocorrido?

Não tenho visto. Mas há alguns anos, conversando com um secretário da Fazenda, ele me disse: "Primeiro temos o pagamento de despesas obrigatórias, depois os salários, as despesas correntes do Estado, aí, se sobrar dinheiro, a gente paga os empresários que nos forneceram".

Isso deveria valer também na iniciativa privada. Pagar primeiro salários, fornecedores, despesas, tirar o lucro do investidor e, se sobrar dinheiro, pagar os impostos. Os governos não concordam com isso e têm mecanismos de pressão que nós não temos.

O sr. acredita que poderá haver aumento de imposto?

Não acredito porque não tem mais onde aumentar.

Há sugestão de fora do governo de acabar com o lucro presumido. O que o sr. acha?

Acho um absurdo ideias de que aumentar imposto resolve a situação. Acabar com o lucro presumido não significa que quem não pagava imposto, passará a pagar. Há a proposta do ministro Afif Domingos [da Secretaria da Micro e Pequena Empresa] de reduzir impostos para uma certa faixa. Haverá queda de receita. Será suprida com alta de tributação sobre as empresas acima desse limite?

Inflação em 12 meses deve atingir pico neste trimestre, diz Tombini

14/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



Diante do avanço da inflação – que vem refletindo principalmente nos últimos meses o realinhamento de preços administrados, como o da energia – a expectativa do Banco Central é que o índice oficial acumulado em 12 meses atinja seu pico neste trimestre e permaneça em níveis elevados até o final do ano. De acordo com o presidente da instituição, Alexandre Tombini, na sequência, a trajetória de queda dos preços deverá ser iniciada.

"Os números

da inflação impactados pelo realinhamento dos preços relativos cederão lugar a valores que refletirão mais fortemente o corrente estado das condições monetárias, levando a trajetória de queda da inflação acumulada em 12 meses", disse Tombini nesta sexta-feira (14), durante seminário sobre riscos e estabilidade financeira, em São Paulo.

No início do ano, as expectativas para inflação para o período de 2017 a 2019 se encontravam muito acima de 4,5% ao ano. Segundo Tombini, atualmente verifica-se convergência das expectativas para a meta no intervalo de médio e longo prazo. "Para 2016, a mediana das expectativas recuou a despeito do crescimento da expectativa para o ano de 2015."

Em 12 meses, o IPCA acumula alta de 9,56%, o maior resultado desde novembro de 2003, quando ficou em 11,02%. O índice está bem acima do teto da meta de inflação do Banco Central, que é de 6,5%.

A estimativa dos economistas do mercado financeiro é que a inflação feche o ano em 9,32%, segundo aponta o boletim mais recente do Banco Central. Se o valor for confirmado, será a maior alta em 13 anos.

Futuro dos juros

Uma vez que os juros tendem a "acompanhar" o comportamento da inflação, o presidente do Banco Central disse que o atual patamar da taxa básica, de 14,25% ao ano, deverá ser mantido por período "suficientemente prolongado".

"[A manutenção] é necessária para a convergência da inflação para a meta no final de 2016. Os riscos remanescentes para que as projeções de inflação atinjam com segurança o objetivo de 4,5% no final de 2016 são condizentes com o efeito defasado e cumulativo da ação de política monetária, mas exigem que a política monetária se mantenha vigilante em caso de desvios significativos das projeções de inflação", afirmou Tombini.

Neste cenário de reajuste de preços e índices econômicos negativos, a confiança do mercado acabou sendo afetada. Porém, na avaliação de Tombini, "à medida que a inflação arrefecer e o ambiente de estabilidade macroeconômica se consolidar, a percepção tende a mudar, melhorando o estado de confiança dos agentes econômicos".

Apesar dessas turbulências pelas quais tem passado a economia brasileira, Tombini reiterou que o sistema continua "bem capitalizado, líquido, provisionado" e pouco dependentes de recursos externos.

"É importante salientar que foram acumuladas, ao longo do tempo, defesas para o enfrentamento de situações de maior volatilidade. Destaco aqui o nosso significativo volume de reservas internacionais e o uso de instrumentos derivativos, como os swaps cambiais, que têm contribuído para promover a estabilidade financeira no Brasil".

CSN vai vender ativos para estancar dívida

14/08/2015 – Fonte: Valor Econômico

O quadro de deterioração financeira da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) piorou além do previsto e levou a empresa a apresentar ao mercado um plano de contenção da alavancagem. Benjamin Steinbruch, principal acionista e presidente do grupo, participou da teleconferência ontem com investidores e analistas durante a manhã - um fato raro - para assegurar que o foco está na recuperação da saúde financeira.

Nas palavras de Paulo Caffarelli, diretor corporativo da companhia, reduzir a alavancagem é a "palavra de ordem" na corporação agora. O executivo confirmou que nesta semana foi dado o pontapé oficial para a venda de ativos considerados não estratégicos e que podem ajudar na redução do endividamento. Os bancos foram contratados e há possibilidade de "venda imediata", disse ele ontem no evento.

"A desmobilização de ativos é agora o principal motivo de nosso trabalho, no sentido de reduzir a alavancagem. Acumulamos ótimos ativos ao longo do tempo, mas em função da mudança do quadro do custo do dinheiro, do preço do minério de ferro e do mercado interno pior, optamos por concentrar esforços em ativos core [estratégicos]", explicou Steinbruch.

As operações que estão disponíveis para alienação são o Tecon, terminal de contêineres da companhia em Sepetiba (RJ), e algumas unidades de energia. Além disso, a participação excedente na ferrovia MRS e as ações da concorrente Usiminas, estão na lista.

A fatia de 17,4% no capital social da Usiminas vale, a preço de bolsa, quase R\$ 1 bilhão. Na MRS Logística, os 7,8% "excedentes" de ações ordinárias, acima dos 20% de limite em direito de voto, poderiam render cerca de R\$ 155 milhões. Os papéis preferenciais

valeriam R\$ 504 milhões. Em energia, as operações cotadas para alienação são os 29,5% na hidrelétrica de Itá (SC) e os 18% de Igarapava (MG).

Para o BTG Pactual, a venda de ativos seria positiva, mas as condições atuais do mercado estão distantes das ideais. Para equilibrar as contas, seria necessário vender ao menos R\$ 5 bilhões, "o que achamos difícil", diz o banco em relatório.

A decisão de suspender o pagamento de dividendos, todavia, foi bem-vista. Já para o UBS, outro risco que a CSN corre é ter de fazer uma baixa contábil nos próximos trimestres em mineração, como fez a Usiminas.

As ações da companhia terminaram o pregão de ontem na BM&FBovespa em queda de 9,55%, cotadas em R\$ 3,60. Além de ter figurado na maior perda do principal índice, esse patamar representou a pior avaliação do mercado para a CSN em quase uma década - desde outubro de 2005.

Seu valor de mercado foi a R\$ 5 bilhões, ou quase US\$ 1,5 bilhão. Para efeito de comparação, quando vendeu a fatia de 40% da mineradora Namisa a seus atuais sócios asiáticos, o grupo recebeu US\$ 3,1 bilhões. A Namisa representa uma fatia pequena da produção de minério, de 15%, e menos ainda dentro do resultado consolidado da CSN.

A companhia contabilizou prejuízo líquido de R\$ 614,3 milhões no segundo trimestre, ante lucro de R\$ 21,7 milhões um ano antes. A receita líquida caiu 9% também em comparação anual, para R\$ 3,69 bilhões, e o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado atingiu R\$ 801 milhões, queda de 38,5%. O desempenho fraco é fruto da baixa venda de aço no país e da depreciação do minério de ferro no último ano.

O problema da CSN é que a empresa convive com uma dívida bruta pesada - R\$ 31,87 bilhões no fim de junho. E vem queimando caixa a cada trimestre. No segundo, alcançou praticamente R\$ 1 bilhão, elevando endividamento líquido em 3,9%, a R\$ 20,8 bilhões.

O menor Ebitda, aliado ao avanço das obrigações líquidas, deixou a alavancagem da CSN, medida pela relação dívida líquida/Ebitda, em 5,6 vezes. No fim de março, o índice era de 4,8 vezes. Há um ano - 2,7 vezes.

Pesou ainda sobre o desempenho da ação a declaração de Caffarelli, diretor corporativo, de que uma distribuição de dividendos não está atualmente na agenda da companhia. "Essa foi uma posição tomada pelo conselho de administração, pelo presidente-executivo e pela diretoria", declarou.

Outras siderúrgica do país também tiveram queda na bolsa - Usiminas PNA recuou 2,73% e Gerdau PN, 1,9%. No ano, as perdas da CSN alcançam 29,9%, ante 40% de Gerdau e 29,5% da Usiminas. Porém, em 12 meses, o desempenho da siderúrgica comandada por Steinbruch já é o pior.

Segundo a CSN, as três frentes adotadas para conseguir conter a deterioração em sua saúde financeira passam por maior eficiência operacional, foco na gestão financeira e entrega de novos projetos com investimentos mais centrados em operações mais rentáveis.

No lado financeiro, a gestão de caixa, de custos, de capital de giro e de passivos financeiros. Os investimentos serão contidos: previsão de R\$ 1,3 bilhão este ano e R\$ 1,5 bilhão em 2016, ante R\$ 2,24 bilhões em 2014.

Conferência discute propostas de políticas públicas para o trabalho e emprego em Curitiba

14/08/2015 – Fonte: Valor Econômico

Propostas para formulação de políticas públicas para o trabalho e o emprego estarão em discussão nesta sexta-feira (14) e sábado (15) na 2ª Conferência Municipal do Emprego e Relações do Trabalho de Curitiba.

A abertura solene ocorre às 19 horas da sexta-feira, no Centro de Capacitação da Secretaria Municipal da Educação, com a presença de autoridades e de 168 delegados, que representarão 57 entidades patronais e de trabalhadores e 19 segmentos públicos.

Na abertura da Conferência será assinado o Memorando do Trabalho Decente, documento elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que contém diretrizes para o combate à precarização do trabalho.

"Trabalho decente é um conceito que se modifica constantemente de acordo com a compreensão dos processos produtivos. Nesta conferência, procuraremos debater todos os aspectos que devem ser enfrentados de forma democrática, com ampla participação tripartite", explica a vice-prefeita e secretária municipal do Trabalho e Emprego, Mirian Gonçalves.

"O memorando é um marco importante, pelo qual o poder público ratifica políticas e ações já executadas para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade da população no mercado de trabalho", diz Marisa Stedile, superintendente da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego.

O evento é organizado pela Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego e Conselho Municipal do Emprego e Relações do Trabalho. O tema do encontro, cujos debates acontecerão neste sábado (15), é "Trabalho Decente e Políticas Públicas".

As discussões das propostas acontecem neste sábado (15), durante todo o dia, em torno de quatro temas principais: emprego e juventude, saúde do trabalhador, qualificação, e diálogo social. Além disso, os delegados irão eleger as entidades que irão compor o Conselho Municipal do Emprego e Trabalho no próximo triênio.

"A conferência tem caráter deliberativo e as propostas aprovadas irão nortear o trabalho da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego nos próximos três anos", explica Marisa Stedile.

Abertura da Conferência Municipal do Emprego e Relações do Trabalho de Curitiba
Local: Centro de Capacitação da Secretaria Municipal da Educação (Rua Dr. Faivre, 398, Centro)

Data: sexta-feira, 14 de agosto

Horário: 19 horas

Empresários mostram o caminho para contornar a crise

14/08/2015 – Fonte: Valor Econômico

O empreendedorismo em momentos de crise foi discutido por grandes empresários na 14ª edição do Encontro PME, que ocorreu na manhã desta quinta-feira, no Espaço Itaú de Cinema, no Shopping Bourbon, em São Paulo. Por mais que a situação político-econômica esteja complicada, os empresários procuraram mostrar que existem grandes oportunidades para quem pretende abrir o próprio negócio. Segundo eles, uma coisa é certa: não vai faltar trabalho.

1º módulo

A discussão sobre moda e varejo abriu o Encontro PME com a participação de David Bobrow, da Tip Top, e Fred Wagner, da Track&Field. "Não adianta querer resolver os problemas da empresa durante a crise, tentando mudar tudo. As coisas precisam ser antecipadas", disse.

Segundo Bobrow, dois fatores estão ajudando muito na Tip Top. O primeiro é ter uma equipe bem treinada e motivada, com "faca no dente", preocupada em vender mais. O segundo é a fidelização do cliente. "Ele tem que sair extremamente satisfeito dos nossos pontos de venda, e quando digo satisfeito não é só com o produto ou com o preço, mas a experiência de compra deve ser muita boa."

"Acreditamos que a movimentação no mercado de moda é influenciada sim pela crise, mas em menor escala. A decisão de compra é diferente, não depende de atitudes grandiosas como um financiamento. Procuramos incentivar o consumidor a, mesmo durante a crise, pensar em lifestyle, qualidade de vida", afirmou Fred Wagner.

2º módulo

Gilberto Mautner, da Locaweb, e Gustavo Caetano, da Samba Tech, participaram da segunda discussão do dia. "É claro que todo mundo gostaria que o ambiente estivesse mais favorável para investir, mas isso não anula o fato de que os negócios que estão aí precisam sempre buscar ser mais eficientes, melhorar o uso de infraestrutura, aplicar recursos para que se tornem mais bem sucedidas", disse Mautner.

"Temos grandes grupos de mídia, grandes universidades e grandes empresas que usam nossa plataforma para diminuir custos. A lei é redução de custos e aumento de receitas. Onde tem os maiores problemas tem também as grandes oportunidades", contou Gustavo Caetano.

3º módulo

No terceiro módulo, Salim Maroun, CEO da Bloomin' Brands Brasil, grupo das redes Outback e Abbraccio, e Mario Chady, fundador do Grupo Trigo, das marcas Spoleto, Domino's e Koni, procuraram passar a mensagem de liderar pelo exemplo e o início de uma mudança no País a partir de pequenas atitudes de cada um.

"É nos momentos difíceis que a linha reta, a ética e o padrão certo de qualidade fazem a diferença", disse Chady. "A gente faz o dever de casa todo santo dia, de estar sempre dentro da ética", afirmou Maroun.

Palavra final

O evento foi encerrado com a participação de Flávio Rocha, da Riachuelo, e Anderson Birman, da Arezzo. Para o fundador da rede de calçados, a preocupação com a situação do País é legítima, mas é importante se desligar um pouco dos problemas conjunturais e ficar atento aos problemas internos.

"O caminho para a empresa ter relevância é encontrar um propósito comum, comum ao consumidor e a empresa. Acho que a razão do sucesso de uma empresa é encontrar esse propósito", disse Rocha.

UE apoia tarifas antidumping sobre aço inoxidável da China e Taiwan

14/08/2015 – Fonte: Reuters

Países-membros da União Europeia apoiaram a imposição de tarifas antidumping sobre as importações de chapas de aço inoxidável laminadas a frio da China e de Taiwan, segundo fontes familiarizadas com a decisão.

A UE cobrará tarifas de entre 24,3 e 25,3 por cento para importações de chapas, bobinas e tiras chinesas, e 6,8 por cento para produtos de Taiwan, após uma queixa aberta em maio de 2014 pela associação de produtores de aço da Europa, a Eurofer.

A Comissão Europeia lançou investigação em junho de 2014, determinando que as tarifas provisórias deveriam ser aplicadas em março. Estas tarifas provisórias são de 24,2 a 25,2 por cento para China e de 10,9 a 12,0 por cento para Taiwan.

As medidas definitivas, que normalmente vigoram por cinco anos, passaram por uma votação pelos 28 países-membros da UE na semana passada, com uma maioria considerável a favor. A Comissão tem até 25 de setembro para impor as tarifas antidumping.

A Eurofer alegou que China e Taiwan venderam 620 milhões de euros de aço inoxidável laminado a frio para a UE em 2013, cerca de 17 por cento do mercado total, e eram culpados de dumping -- a venda a preços deslealmente baixos. Analistas disseram que as tarifas provavelmente não acabarão com as importações da China, mas são altas o bastante para que ter um impacto considerável.

Explosão em porto na China afeta operações de importação de minério de ferro e petróleo

14/08/2015 – Fonte: Reuters

Duas grandes explosões no porto chinês de Tianjin, que destruíram partes do terminal, atingiram as operações de importação de minério de ferro e atrapalharam a chegada e partida de navios petroleiros na porta de entrada para o nordeste da China. As explosões mataram pelo menos 44 pessoas e feriram mais de 500, de acordo com informações de autoridades e a mídia estatal nesta quinta-feira.

Autoridades da indústria disseram que as instalações de petróleo e gás não foram afetadas, mas a Administração de Segurança Marítima de Tianjin informou que chegadas e partidas de navios de produtos químicos e petróleo foram interrompidas.

Um membro da tripulação do navio petroleiro da Samco Europe confirmou que foram avisados para parar de descarregar suas cargas de petróleo bruto por volta das 4h15, no horário de Brasília.

"A autoridade portuária disse que o navio deveria parar porque ainda havia risco de explosão por conta do fogo. Eles queriam que todas as atividades fossem paradas", disse um dos oficiais a bordo do navio, acrescentando que era incerto quando as atividades poderiam recomeçar.

Dados de transporte da Reuters mostraram que havia mais de duas dúzias de cargueiros na região portuária de Tianjin, esperando para entrar ou sair da zona do porto.

"Minério verde" será parte do futuro da mineração no Brasil

14/08/2015 – Fonte: Reuters

Quando se fala em recuperar a economia, uma palavra de ordem é incrementar o comércio exterior. Na atual conjuntura pela qual passa o Brasil, nada mais urgente e necessário, especialmente tendo-se em vista a escorçante carga tributária que nos vitimiza.

Será tanto melhor, se por meio da inovação tecnológica e dos incentivos fiscais se puder estimular o surgimento e/ou crescimento das empresas brasileiras, comprometidas com a

sustentabilidade ambiental e, máxime, com a diminuição de impactos ambientais severos, infelizmente tão comuns nos quatro cantos de nosso país.

Lembre-se que incentivo fiscal é política econômica que gera aumento de investimentos em certo setor, por meio da não cobrança ou da diminuição de impostos, sendo sua forma mais usual a isenção fiscal.

Por outro lado, uma boa conceituação de inovação tecnológica foi dada no parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 11.196/2005 (conhecida popularmente como “Lei do bem”, pois cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica): “concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado”.

Apesar da diversificação dos produtos exportados pelo Brasil, o papel do metal na economia brasileira foi e continua sendo de grande importância. Esse fato chama-me a atenção de longa data[1] e constituiu-se em boa surpresa ter tomado conhecimento da tecnologia a seco de concentração de rejeitos, estéreis e de minérios de baixo teor provenientes da mineração de ferro, com externalidades altamente positivas.

Mais especificamente, trata-se da possibilidade de produzir minério de ferro e outros minerais a partir da remediação ambiental de bota-foras de resíduos e estéreis, áreas com potencial de causar impacto e acidentes ambientais, com danos à população.

Os materiais recuperados das barragens, mormente minério de ferro, são transformados em metal, gerando renda, fomentando a atividade econômica, e promovendo o equilíbrio de locais ambientalmente deteriorados.

Ressalte-se que o pioneiro processo a seco (hoje de importância ímpar, pela recente conscientização, no Brasil, de que água é insumo crítico)[2], foi elaborado por empresa privada em cooperação com a tradicionalíssima Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. Por encontrar-se patenteada, a tecnologia pode ser objeto de futuro licenciamento, para sua utilização mais ampla, incluindo terceiros.

Sob variados prismas, pode-se observar os benefícios do “minério verde” no aumento da sustentabilidade: economia de recursos, visto tratar-se de matéria-prima do processo siderúrgico; economia de água, por ser processo a seco; diminuição do risco de contaminação da água; economia de energia no processo e frete, em virtude de não dispender energia na manipulação e combustível no transporte até as siderúrgicas e por não haver consumo de coque na evaporação de águas dos fornos; diminuição de riscos e passivos ambientais; e por prescindir da construção de barragens.

Por outro lado, o “minério verde” impacta beneficentemente sobre a produção, o emprego e os salários do setor econômico em questão. Por via de consequência, aumenta a receita do Estado, via impostos, o que afasta o temor de perda de tributos em razão da renúncia fiscal.

Se o setor da mineração é altamente empregador e tende ao crescimento, a fabricação de “minérios verdes” necessita duas vezes mais trabalhadores. Por sua natureza, a indústria respectiva tende a contratar trabalhadores locais, facultando-lhes o treinamento necessário; bem como remuneração superior ao da simples lavra, devido à utilização de maquinário sofisticados, e, por conseguinte, de trabalhadores especializados.

Por meio de processo a seco, transformam-se materiais destituídos de valor econômico em produtos equivalentes e até superior em termos de qualidade aos minérios

comercializados, ou seja, obtém-se o mesmo produto por meio de processo produtivo diferente.

O produto obtido foi denominado "minério verde", em virtude de recuperar rejeitos deixados pela mineração convencional e de utilizar menos água e menos energia, se comparado com o processo ordinário "a úmido". Tais ganhos ambientais são altamente relevantes!

Se, de um lado, é óbvio que a estrutura de custos de produção do "minério verde" é mais elevada do que a produção mineira nos moldes usuais, por envolver atividade transformadora (custos operacionais — OPEX — por volta de 100% maior que o da mineração tradicional); por outro, os ganhos — externalidades positivas — da produção dos citados minérios para o meio ambiente e para toda a sociedade saltam aos olhos.

Obviamente, são altos os investimentos para se implantar e manter uma unidade de recuperação, pois as respectivas estruturas de custo são superiores. Em razão dos custos substancialmente maiores do setor de fabricação de "minérios verdes", esse setor, atualmente incipiente no estado de Minas Gerais, não prosperará se a ele continuar sendo aplicada a mesma estrutura tributária da mineração em geral, o que representa inibição e desestímulo.

Impõe-se, portanto, caso se queira usufruir das externalidades já apontadas que esse setor gerará, tratamento diferenciado no que respeita à política pública, tanto em geral, quanto na tributária, com seu enquadramento em regime fiscal alternativo.

Várias são as possibilidades, que vem sendo aventadas, de enquadramento fiscal, que possibilitem ao setor competir mais equanimemente com a mineração tradicional. Se os "minérios verdes" forem classificados em um regime cumulativo, poderá haver abatimento de imposto anteriormente recolhido na cadeia produtiva.

Poder-se-ia aplicar o "lucro presumido" na tributação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido. Poderia haver redução nas alíquotas de ICMS, referentemente às operações internas e interestaduais.

Mimetizando-se políticas em voga na Sudam e na Sudene, seria possível, ainda, isenção de imposto de renda sobre lucros de exploração, em razão de fomentar atividade em prol do bem comum. Há que se estudar a melhor solução e implementá-la sem tardança.

É impositivo concluir que o futuro viável da mineração brasileira depende do aumento da produção de "minérios verdes", que significa aumento de 25% das reservas viáveis economicamente de minério de ferro, pois permite aproveitamento de rejeitos com somente 19% de óxido de ferro, enquanto que a mineração convencional necessita de um teor mínimo de 38%.

Ademais, os benefícios com externalidades e o impacto positivo sobre produção, empregos e salários são extremamente positivos e indispensáveis, principalmente nos tempos difíceis em que vivemos e continuaremos a viver, caso medidas inovadoras tecnológica, econômica e legalmente deixarem de ser tomadas.